



ACÓRDÃO Nº1075/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11823/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Estadual do Índio - FEI.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Amilton Bezerra Gadelha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6263/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Estadual do Índio - FEI. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Amilton Bezerra Gadelha**, responsável pela Fundação Estadual do Índio – FEI, referente ao exercício de 2018; com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Amilton Bezerra Gadelha**, no valor de **R\$ 1,710,00** (um mil, setecentos e dez reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas), devidamente atualizado pela Resolução n.º 04/2018, em vista da ausência de controle específico de almoxarifado, referente à impropriedade VI da proposta de voto. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº1075/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Determinar** a instauração de **cobrança executiva** no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Recomendar** à Fundação Estadual do Índio - FEI, que:
- 10.4.1.** Providencie ações para apropriação da depreciação dos bens permanentes do órgão;
- 10.4.2.** Evite a adoção de atos que ocasionem a não evolução do saldo dos valores em estoque;
- 10.4.3.** Juntamente com a SEJUSC, tome providências no sentido de promover a realização de concurso público para suprir o quadro de funcionários, conforme a necessidade, em cumprimento ao inciso II do art. 37 da Constituição Federal, bem como prossiga com a elaboração de um Plano de Cargos e Salários para os servidores do órgão;
- 10.4.4.** Providencie ações para que possa ser efetuada as entradas e saídas dos bens no almoxarifado, visando a apuração da composição patrimonial do órgão, bem como do controle dos bens adquiridos, com base em sua escrituração;
- 10.5. Dar ciência** ao **Sr. Amilton Bezerra Gadelha** e aos demais interessados acerca do deslinde do feito.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral